

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BARBARA PICUSSA

ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS  
SANEPAR E COPEL: PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A  
POPULAÇÃO NOS ANOS DE 2011 À 2013

CURITIBA, 2015

BARBARA PICUSSA

ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS  
SANEPAR E COPEL: PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A  
POPULAÇÃO NOS ANOS DE 2011 A 2013

Monografia apresentada ao Programa  
do Curso de

Pós Graduação, do Departamento de  
Ciências Contábeis da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito  
para obtenção do título de especialista  
em Controladoria.

Professor Orientador: Márcia  
Bortolucci Espejo

CURITIBA, 2015

## RESUMO

**PICUSSA, Barbara.** ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS SANEPAR E COPEL: PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO NOS ANOS DE 2011 A 2013

O presente trabalho monográfico tem como objetivo verificar os resultados financeiros das empresas paranaenses: Copel e Sanepar nos anos de 2011 a 2013, tendo em vista que oferecem serviços básicos e essenciais a população. O trabalho identifica os índices aplicados à pesquisa e a consulta desses nos anos de 2011 a 2013 bem como o resultado do Valor Adicionado (DVA) da organização, também as análises vertical e horizontal do período. Além dos cálculos de capital de giro baseados no método de Fleuriet da qual identifica a situação de solvência das empresas. A pesquisa caracteriza como descritiva, comparativa, qualitativa baseada em análise documental, usando como base as demonstrações publicadas no site BM &F BOVESPA das quais as empresas participam.

**Palavras-chaves:** Demonstrações contábeis, Análises, Demonstração de Valor Adicionado, Capital de Giro.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. LIQUIDEZ .....	16
QUADRO 2. ENDIVIDAMENTO .....	17
QUADRO 3. RENTABILIDADE .....	19
QUADRO 4. TIPOS DE EMPRESA - MODELO FLEURIET .....	22
QUADRO 5. ANÁLISE VERTICAL – COPEL .....	26
QUADRO 6. ANÁLISE VERTICAL – SANEPAR .....	27
QUADRO 7. ANÁLISE VERTICAL DRE – COPEL .....	28
QUADRO 8. ANÁLISE VERTICAL DRE – SANEPAR .....	29
QUADRO 9. ANÁLISE HORIZONTAL COPEL .....	30
QUADRO 10. ANÁLISE HORIZONTAL SANEPAR .....	31
QUADRO 11. ANÁLISE HORIZONTAL - COPEL – DRE .....	32
QUADRO 12. ANÁLISE HORIZONTAL - SANEPAR – DRE .....	34
QUADRO 13. ÍNDICES – COPEL/SANEPAR .....	35
QUADRO 14. CAPITAL DE GIRO – COPEL .....	36
QUADRO 15. CAPITAL DE GIRO – SANEPAR .....	37
QUADRO 16. ANÁLISE HORIZONTAL - DVA COPEL .....	38
QUADRO 17. ANÁLISE HORIZONTAL - DVA SANEPAR .....	39

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>5</b>
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	5
2.2.1 Balanço Patrimonial .....	6
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) .....	8
2.2.3 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) .....	9
2.2.4 Outras Demonstrações contábeis .....	11
2.3 ANÁLISE TRADICIONAL DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS....	13
2.3.1 Analise Vertical e Horizontal .....	13
2.3.2 Analise usando Índices Econômicos Financeiros .....	14
2.3 ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO .....	19
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>4. DAS ANÁLISES E RESULTADOS ENCONTRADOS .....</b>	<b>25</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas, acionistas, investidores, possíveis investidores e outros interessados buscam sempre o lucro e o bom resultado da organização das quais tem interesse.

Os resultados são avaliados de diversas maneiras, usando diferentes índices e avaliações, baseando-se nas demonstrações apresentadas pelas empresas, como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Valor Adicionado, entre outros.

Mesmo empresas que tem grande importância para a sociedade prestando serviços básicos tais como fornecimento de água e energia elétrica apresenta determinado desempenho. Nesse contexto, é importante identificar qual a situação econômica financeira das empresas Copel e Sanepar tendo em vista que oferecem serviços essenciais a população?

Sendo assim objetiva-se verificar nos anos de 2011 e 2013 os desempenhos financeiros das empresas paranaenses. Verificando os índices que se aplicam a pesquisa, aplicando as análises sobre as demonstrações apresentadas nos anos, e verificando as demonstrações de valor adicionados, apresentadas nos períodos propostos.

É importante que essa pesquisa seja realizada, tendo em vista que a informação é sempre necessária para toda a sociedade, mostrando nesse caso que empresas de serviços essenciais apresentam resultados. A necessidade da pesquisa se apresenta como algo necessário na vivência da autora, na busca do conhecimento e do aprendizado.

Ainda bem como conhecimento para acionistas, sociedade, investidores, e todos os usuários que possam interessar a informação. A base da sociedade é a informação, o trabalho é com a gestão da informação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme CPC 26 (2011, p. 3) o significado das demonstrações contábeis:

Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.

Conforme CPC 26 (2011), a finalidade das demonstrações contábeis é gerar informação para a grande maioria de usuários que tem interesse na organização em questão, dando oportunidade desses usuários analisarem o máximo de informações.

Segunda Braga (2003) as análises das demonstrações contábeis podem ser usadas para diversos usuários, com diversas intenções. Como o uso gerencial na organização, tendo uma visão que possibilite maior segurança ao tomar decisões, baseando-se em tendências.

Braga (2003), ainda explica que os empréstimos ou financiamentos solicitados aos bancos, também exigem a apresentação das demonstrações, nesse caso os bancos buscam obterem a estrutura financeira da empresa, principalmente no que se diz respeito a sua liquidez.

As análises das demonstrações são ainda muitas usadas para investimentos em mercados de capitais, sobre a decisão de se investir ou não em determinada companhia.

Ainda de acordo com Braga (2003) são várias as informações exigidas e são várias as demonstrações que fornecem essas informações. Serão apresentadas abaixo algumas delas, como balanço patrimonial, demonstração de resultado, fluxos de caixa, demonstração de valor adicionado entre outros.

### 2.1.1 Balanço Patrimonial

De acordo com Assaf Neto (2010 p. 47):

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática, e muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica financeira de uma empresa.

Iudícibus (2010) destaca que para a legislação três elementos são básicos para apresentação de um balanço patrimonial, seriam o ativo, passivo e patrimônio Líquido. Portanto é necessário que, além disso, as informações sejam ordenadas e uniformes.

De acordo com Marion (2003) o balanço patrimonial é a demonstração mais importante, ela é uma foto de determinado período da organização, mostrando como ela está naquele exato momento, geralmente ocorre em finais de período.

Reis (2009) ainda fala que o Balanço está estruturado em dois lados, o ativo e o passivo, dentro dessa demonstração o ativo tem como objetivo demonstrar o patrimônio bruto com o qual a empresa está trabalhando, onde a organização de fato está aplicando os recursos disponíveis. Portanto se o ativo trabalha com aplicação o passivo meramente indica as várias fontes de recursos usados e trabalhados pelo ativo.

De acordo com Reis (2009) tanto o ativo como o passivo dentro do balanço tem como característica ser apresentado por ordem de prazos de realização crescente, no caso do ativo o que se transforma em dinheiro mais rapidamente será o primeiro a ser considerado, assim o próximo na sequência é o segundo com maior liquidez e segue-se essa lógica. No caso do passivo, o critério é de pagar o que se vence antes, ou seja, o que precisa ser liquidado no menor prazo será o primeiro e assim segue a sequência de exigibilidade de prazos.

Essa ordem é definida no CPC 26 (2011, p.17):

A entidade deve julgar a adequação da apresentação de contas adicionais separadamente com base na avaliação:

- (a) da natureza e liquidez dos ativos; .
- (b) da função dos ativos na entidade; e
- (c) dos montantes, natureza e prazo dos passivos.

No passivo ainda há grupo de patrimônio líquido que será o último na estrutura do balanço.

Conforme Marion (2003), esse grupo é formado pelos investimentos iniciais dos sócios para a criação da empresa, bem como a remuneração que essas aplicações terão ao longo do tempo, ou seja, o lucro gerado pela atividade econômica também estará contido no patrimônio Líquido.

Dentro dessa estrutura existem outras contas e subcontas para a apresentação da informação, o CPC 26 (2011) não define uma estrutura e a ordem dessas contas, porém apresenta contas mínimas que devem ser apresentadas, e enfatiza que deve ser observada a legislação.

Conforme o CPC 26 (2011, p.16):

O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, no mínimo, as seguintes contas:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) clientes e outros recebíveis;
- (c) estoques;
- (d) ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”);
- (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda (Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
- (f) ativos biológicos;
- (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- (h) propriedades para investimento;
- (i) imobilizado;
- (j) intangível;CPC\_26\_R1
- (k) contas a pagar comerciais e outras;
- (l) provisões;
- (m) obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”);
- (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;
- (o) impostos diferidos ativos e passivos, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 32;
- (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31;
- (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e
- (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

Ainda conforme o CPC 26 (2011), além dessas contas pode ser apresentado outras se elas se mostrarem relevantes para gerar informação.

### 2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

De acordo com Marion (2003) a Demonstração do Resultado do exercício consiste em apurar o Lucro ou Prejuízo da empresa, esse resultado é levantado quando se faz a apuração de todas as receitas que a empresa gerou e das despesas apresentadas durante o período.

Conforme Ribeiro (1999), as demonstrações de resultado têm os seguintes componentes: começando com a receita, seja, vinda das vendas de produtos, mercadorias ou serviços, receita na sua forma bruta. Após as receitas a DRE apresenta as deduções, essas deduções vão gerar uma receita líquida. Outro componente da estrutura da DRE são os custos operacionais que serão deduzidos. Assim obtendo o que se chama de lucro bruto. Após esse lucro deduz-se da estrutura as despesas operacionais e as outras despesas operacionais.

De acordo com Ribeiro (1999) a estrutura apresentada pela demonstração de resultado logo que são descontadas as despesas formam o lucro operacional. Somando nessa estrutura as receitas não operacionais, diminuindo as despesas não operacionais chega-se ao resultado do exercício antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social. Por fim, descontando o imposto de renda e a contribuição social, chegamos ao resultado final, ou seja, o resultado do exercício do período.

A estrutura da demonstração de Resultado conta com a divulgação no pronunciamento contábil CPC 26 de 2011.

O CPC 26 (2011) aborda as demonstrações de resultados e as demonstrações de resultado abrangente:

A demonstração do resultado e outros resultados abrangentes (demonstração do resultado abrangente) devem apresentar, além das seções da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes:

(a) o total do resultado (do período);

- (b) total de outros resultados abrangentes;
- (c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

Ainda de acordo com o CPC 26 (2011, p.24) apresentando no mínimo a seguinte estrutura:

O período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais:

- (a) receitas;
- (aa) ganhos e perdas decorrentes de baixa de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- (b) custos de financiamento;
- (c) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial;
- (d) tributos sobre o lucro;
- (e) (eliminada);
- (ea) um único valor para o total de operações descontinuadas (ver Pronunciamento Técnico CPC 31);
- (f) em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas:
  - (i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
  - (ii) lucro bruto;
  - (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
  - (iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
  - (v) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
  - (vi) resultado líquido do período.

Essas rubricas podem ser modificadas, ou podem ser acrescentadas as estruturas das demonstrações de resultado e de resultado abrangente para que elas possam mostrar o desempenho da empresa. Esse resultado além de ajudar a compreender o desempenho ajuda a fazer projeções para períodos futuros.

### 2.1.3 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração de valor adicionado apresentada pela organização é assim feita para que os usuários possam identificar as riquezas criadas e de que forma são distribuídas essas riquezas em determinados período da organização. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC 09, 2008).

Conforme Santos (2003) há dois pontos de vista para analisar a DVA, onde as Ciências Econômicas observa o produto nacional, e a Ciências Contábeis medem a riqueza da empresa através de uma diferença aritmética, onde são considerados os valores de venda e os insumos pagos a terceiros, ainda nesse caso somando as depreciações.

De acordo com Assaf Neto (2005) o que será transmitido pela DVA será a contribuição de riqueza gerada para o país em que está instalada. Observando também a maneira de que essa riqueza foi distribuída.

Tratando dos detalhes da demonstração de valor adicionado, conforme CPC 09 (2008, p.2):

A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: a) Pessoal e Encargos; b) Impostos, taxas e contribuições; c) Juros e aluguéis; d) Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; e) Lucros retidos/prejuízos do exercício.

De forma geral, Santos (2003) complementa que a DVA é uma ferramenta de análise, que fornece informações para tomadas de decisão, e que essa análise entende as relações da sociedade e individualmente a riqueza e distribuição dessa riqueza da própria organização.

A DVA deve ter alguns componentes.

Conforme CPC 26 (2011) a receita e as outras receitas estão na primeira parte da DVA, de forma bruta, com todos os impostos, incluindo também os créditos com provisão de liquidação duvidosa. Aparece na DVA também os insumos adquiridos de terceiros, sendo eles os custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, bem como matérias, energia, serviços de terceiros e outros. Lembrando que se houverem impostos nos custos de produtos e mercadorias eles devem ser considerados. A DVA considera todos os impostos diferentemente das demonstrações de resultado.

A DVA ainda contem a perda e recuperação de valores ativos, os valores da depreciação, da amortização e da exaustão que são contabilizados no período.

Ainda de acordo com CPC 26 (2011), os valores adicionados recebidos em transferência são demonstrados, com o resultado da equivalência Patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

O CPC 26 (2011, p.6) aponta que na segunda parte da DVA devem estar descritas as seguintes informações:

Pessoal – valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

- Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
- Benefícios - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- FGTS - representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

Para elaboração da DVA, há também a inclusão de todos os impostos pagos, em todas as esferas, federais, estaduais e municipais. Bem como também a informação de remuneração de capital próprio como juros, aluguéis e outros.

Além disso, conforme CPC, a DVA ainda deve constar as informações de remuneração de capital próprio, sendo que os juros sobre esse capital e os dividendos serão considerados apenas do período de exercício em questão. Ainda em relação ao exercício incluir-se lucros retidos e prejuízos, e valores de modo geral enviados a sócios.

#### 2.1.4 Outras Demonstrações Contábeis

Existem ainda outras demonstrações que são apresentadas pelas empresas, dentre elas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA).

De acordo com Azzolin (2011, p.119) “A DLPA demonstra o valor das reservas constituídas a partir do lucro líquido e os dividendos a serem pagos aos acionistas”, ou seja, tem como objetivo em determinado período contábil verificar as mutações ocorridas nos lucros ou prejuízos que a empresa possui.

Conforme Azzolin (2011) a DLPA pode ser substituída pela DMPL, onde além das contas das mutações nas contas de lucros ou prejuízos verificam-se também as ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido.

Há também a Demonstração do Patrimônio Líquido.

Conforme Azzolin (2011), as variações de saldo quando há transferências de contas como distribuição de dividendos, ou acréscimo de lucro de exercícios no Patrimônio líquido, fatos esses que são modificativos e alteram os saldos são registrados na demonstração DMPL.

Azzolin (2011) ainda fala sobre as Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC), sendo que a visão desse relatório é feita sobre duas óticas, passado e futuro. Na ótica do futuro projeções financeiras fazem a previsão de entradas e saídas permitindo que a empresa se organize antecipadamente.

Já sobre a ótica do passado observa-se tudo que ocorreu na organização em determinado período, levando em consideração as operações, os financiamentos, os investimentos.

De acordo Azzolin (2011 p.156) “as atividades operacionais representam pagamentos e recebimentos relacionados ao fluxo operacional da empresa”.

Azzolin (2011, p.156) Ainda fala das atividades de investimento: “as atividades de investimentos relacionam-se com os aumentos e diminuições dos ativos não circulantes”.

Em relação às atividades de financiamento Azzolin (2011, p.156) fala: “as atividades de financiamentos representam pagamentos e recebimentos vinculados ao passivo não circulante (credores) e ao patrimônio líquido (acionistas)”.

A elaboração da DFC possui dois métodos, o direto e o indireto, onde o direto são os pagamentos e recebimentos principais da organização, já o método indireto faz o ajuste de transações que não ocorrem no caixa partindo do lucro ou prejuízo do período.

Além a DFC há outra Demonstração, que mostra a empresa perante a sociedade.

Outra demonstração apresentada pelas empresas é o balanço social.

Conforme Ludícibus (2010) o balanço social tem como objetivo mostrar a interação que a empresa possui perante a sociedade.

Ainda conforme o autor é possível demonstrar com o Balanço Ambiental, que mostra investimentos para preservação do meio ambiente, também com o Balanço de Recursos humanos onde são demonstradas todas as informações dos funcionários, do perfil.

O autor fala ainda do Valor adicionado da empresa, ou seja, como contribui para o desenvolvimento do país, e ainda sim, o balanço social contém benefícios que possa ter oferecido de modo geral para a sociedade como empresa.

De acordo com Ludícibus (2010) as empresas não são obrigadas a informarem o balanço social, porém tem se tornado uma prática das empresas o fazerem, sendo assim transparente para a sociedade.

## 2.2 ANÁLISE TRADICIONAL DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.2.1 Análise Vertical e Horizontal

Conforme Perez Junior e Begalli (2002) a análise vertical é feita usando-se uma base de 100%, avaliação é realizada ao longo do tempo. Onde se verifica a participação das contas uma a uma.

De acordo com Azzolin (2011), há duas formas de fazer a análise vertical, sintética ou analítica. A análise sintética consiste em analisar os subgrupos de contas com os grupos principais, enquanto que a analítica vai analisar conta a conta em relação ao seu subgrupo.

Já a Análise Horizontal de acordo com Perez Junior e Begalli (2002) verifica as variações ocorridas nos valores monetários, vendo a evolução de determinada conta nos períodos antigos com os novos.

O comentário de Azzolin (2011) é que sobre a análise horizontal é referente a serie histórica permitindo fazer avaliações nos componentes das demonstrações.

Essa análise dever ser feita pelo menos por dois períodos, obtendo-se resultados percentuais horizontais das contas.

Conforme Assaf Neto (2010 p. 97):

A grande importância dessa técnica é bem clara: permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil. Muitas vezes, o momento de uma empresa está afetado por causas originadas em períodos anteriores, as quais poderão, ainda, refletir-se em períodos futuros.

De acordo com Matarazzo (2003) uma vez que a análise Vertical vai oferecer informações em maior detalhe de itens como capital próprio, de terceiros, recursos de modo geral, a análise horizontal o quanto desses recursos são usados para as contas totais do Balanço e da DRE, ou seja, conjuntamente mostram a Estrutura e as modificações ocorridas em determinados períodos analisados. E dentro da Demonstração de Resultado conseguem analisar o desempenho da empresa.

### 2.2.2 Análise usando Índices Econômicos Financeiros

A avaliação da situação da empresa fica por conta dos índices financeiros, eles medem a saúde financeira da organização, comparando períodos e situações diferentes. Os cálculos são feitos e através dos resultados é possível fazer análises, que vão identificar porcentagens referentes aos períodos observados, mostrando a evolução ou involução da organização. Avaliação que permite comparar os dados da empresa em períodos diferentes, e comparar também com outras empresas, verificando o setor e podendo atentar-se se a situação presente, esta sendo vivida no geral pelo mercado, ou se é apenas no setor, ou às vezes o problema, pode ser apenas de uma empresa.

Na visão de Assaf Neto (2005) todas as ponderações realizadas, todos os resultados encontrados nas empresas por períodos, tem o objetivo de verificar quais são os desempenhos financeiros, podendo-se comparar até mesmo setores e concorrentes, podendo definir uma situação financeira futura vem dos cálculos dos índices financeiros da organização. Tudo o que se precisa buscar em relação a desempenho vem nas informações dos diversos índices.

Conforme Perez Junior e Begalli (2002) a utilização dos resultados dos índices financeiros podem ser utilizados em diversos casos, sejam eles

gerentes de bancos, a administração da empresa, ou gerando seguranças para diversos outros como credores e para a própria empresa.

São diversos os indicadores usados para análise, destacando-se os seguintes: Liquidez, que se subdivide em quatro: corrente, seca, imediata, de endividamento que está: o endividamento geral, composição de endividamento e grau de endividamento. Após apresenta a análise de rentabilidade sobre o ativo, sobre o patrimônio líquido e sobre as vendas.

#### 2.2.2.1 Liquidez

Os índices de liquidez são aqueles que medem a capacidade que a empresa possui, para pagar seus passivos de imediato, ou seja, a capacidade de pagamento, usando os ativos circulantes que ela possui.

Na visão de Gitman (2004, p. 46) “como uma liquidez baixa ou declinante é precursor comum das dificuldades financeiras e falência, esses índices são vistos como bons indicadores dos problemas de fluxo de caixa.” Portanto, esses índices apresenta a capacidade de pagamento da organização, perante o que possui em curto prazo, incluindo os direitos recebíveis.

Dentro da categoria de Liquidez, existem quatro tipos de análises, apresentadas a seguir:

A liquidez corrente faz relação entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja, esse índice busca a relação dos recebíveis e dos pagáveis em curto prazo.

Existe também a liquidez seca, que é a relação do passivo circulante com o ativo circulante, porém, há o desconto de alguns itens presentes no ativo circulante. São os itens que mesmo estando rotulados dentro do ativo circulante, não necessariamente conseguem ser convertidos em dinheiro rapidamente, é o caso dos estoques e das despesas pagas antecipadamente, Gitman (2004). E descontam-se as despesas antecipadas, já que não são valores em dinheiro recebíveis. Portanto esse indicador trabalha somente com os ativos de maior liquidez, os outros são deixados de lado.

Segundo Assaf Neto (2005), a liquidez imediata não significa muito para os analistas, já que esse índice vai à busca de fazer a relação com o que a sociedade possuiu de realmente disponível em dinheiro físico no momento para liquidar com as suas dívidas em curto prazo que fazem parte do passivo circulante. Portanto utiliza-se do que elas possuem em caixa e em bancos comparados com o passivo circulante.

Assaf Neto (2005) ainda fala sobre a relação empregada pela Liquidez geral que é fundamentada na soma dos ativos circulantes mais o que se tem a realizar em longo prazo, relacionados às somas dos passivos circulantes e das exigências em longo prazo. Ou seja, a ponderação entre essas relações vai trazer a saúde financeira da entidade em longo prazo, porém para que o cálculo não fique prejudicado, os prazos, do ativo e passivo não devem ser muito diferentes. Porque ao fazer essa análise os diferentes valores e as diversas datas se misturam.

QUADRO 1. LIQUIDEZ

LIQUIDEZ	
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques + desp. pagas antecipadamente}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$

FONTE: Adaptado de Assaf Neto (2005).

Em relação índices e as análises vertical e horizontal, Matarazzo, (2003) comenta sobre essas análises serem usadas juntas, pois uma vez que os índices são mais gerais, a profundidade nos detalhes fica por conta da análise vertical e horizontal.

### 2.2.2.2 Endividamento

O indicador de endividamento trata de observar como a organização tem se comportado em relação ao uso de capital próprio e de terceiros dentro da organização. Verifica-se o quanto a empresa tem aplicado de capital próprio na atuação no mercado, e o quanto é aplicado de capital de terceiros, como o uso de empréstimos, financiamentos, compras de fornecedores. Basicamente a capacidade de a organização honrar suas dívidas com os terceiros, que mantém a organização.

Conforme Gitman (2004) o índice de endividamento mostra o quanto do dinheiro de terceiros é responsável pelos lucros gerados na organização. Quando uma organização possui recursos de terceiros aplicados ela tem um grau de alavancagem maior, essa situação causa maiores riscos, porém maiores retornos também.

QUADRO 2. ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	
Endividamento Geral	$\frac{\text{Capita de terceiros}}{\text{Ativo Total}}$
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$
Grau de Endividamento	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

FONTE: Adaptado de Gitman (2004)

### 2.2.2.3 Rentabilidade

Os lucros são exatamente a preocupação dos interessados em determinada organização, sejam eles os proprietários ou os investidores, o caso, é que se espera que a organização de lucro. Esse índice vai dar a resposta do quanto à empresa esta rentável, relacionado seu lucro, com determinados grupos.

São os seguintes:

O primeiro indicador é o ROA (Retorno Sobre o Ativo), ou seja, a análise fundamenta-se nos ativos e no retorno esperado por eles. O ROA pode caracterizar-se como o custo financeiro que a empresa pode incorrer na busca de recursos. É uma relação entre o lucro operacional, as vendas com o ativo total médio. Porém o lucro escolhido para o cálculo é o que vem antes das despesas financeiras, o que faz com que o lucro seja proveniente apenas das decisões do ativo, nessa visão não importa como a organização é financiada, uma vez que essas despesas só irão influenciar depois dos lucros que usamos para o cálculo. É a análise apenas do retorno do ativo. (ASSAF NETO, 2005).

Na visão de Assaf Neto (2005) o ROA é um dos índices que mais tem relevância para as análises financeiras uma vez que indica o grau de desempenhos dos ativos, ou seja, quantas vezes as vendas que a organização realizou em dado momento, conseguiram bater os ativos totais da empresa.

O comentário feito por Braga *et al.* (2004) “Essa taxa de retorno define quanto à empresa ganhou ou perdeu para cada cem unidades de recursos monetários, próprios e de terceiros, aplicados no ativo”.

Também na concordância de Assaf Neto (2005), há os índices que fazem a verificação do ROE (Retorno Sobre o Patrimônio Líquido), onde a relação é obtida através do lucro calculado logo que se tira o imposto de renda, com o patrimônio líquido e objetiva-se pelo fato de através dele ser possível saber o quanto os acionistas obtêm de lucro pelos seus investimentos no patrimônio líquido da organização. De forma simples é o giro que o patrimônio líquido teve em ocorrência das vendas.

De acordo com Braga *et al.* (2004) esse é o retorno do capital próprio da empresa, ou seja, há uma relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da organização.

Uma última averiguação na questão de rentabilidade se fundamenta na rentabilidade das vendas, onde a procura-se saber o quanto se obteve de lucro nas vendas, tanto se baseando na relação lucro operacional ou líquido com as vendas líquidas.

QUADRO 3. RENTABILIDADE

RENTABILIDADE	
ROA (Retorno Sobre o Ativo)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
ROE (Retorno Sobre o Patrimônio Líquido)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Rentabilidade sobre vendas	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$

FONTE: Adaptado de Assaf Neto (2005).

### 2.3 ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO

De acordo com Azzolin (2011) é importante analisar as contas dos ativos e passivos considerados cíclicos, ou seja, que estão com constante variação, com esses cálculos chega-se ao resultado da análise do capital de giro. É o capital de giro que mostra a solvência e a posição econômica da empresa.

De acordo com Fleuriet (2003, p. 12): “O Capital de Giro é um conceito econômico-financeiro e não é uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a Necessidade de Capital de Giro da empresa”.

Ainda conforme Fleuriet (2003), o Capital de Giro (CDG) das empresas pode ser diminuído quando há algum tipo de investimento alto, como um ativo permanente, porém se for feito através de empréstimos, aumentando passivo, acaba havendo um tipo de compensação e não se sente tanto a diminuição.

O autor ainda fala que o há possibilidade de o Capital de Giro ser negativo, isso ocorre quando a empresa financia o passivo de longo prazo com ativo de curto prazo, tornando a empresa assim, uma empresa de alto risco de insolvência. Isso pode ocorrer desde que a empresa saiba administrar bem as entradas de recursos em caixa.

A análise sobre o capital de giro é feita com as relações de prazos de ciclos operacionais. Tais como o valor dos investimentos em decorrência do prazo de estocagem (PME), valor dos investimentos em decorrência do prazo

de recebimento das duplicatas (PMR), valor dos financiamentos em decorrência do prazo de pagamento de duplicatas (PMPC) e valor dois financiamentos em decorrência do prazo de pagamentos de despesas a pagar (PMPD). Além dos prazos observa-se o uso do cálculo da Necessidade de Investimento em Giro (NIG). (Azzolin, 2011).

O NIG é demonstrado pelo autor do modelo Fleuriet como NCG.

### **Saldo de Tesouraria T**

De acordo com Fleuriet (2003), dentro das análises de Capital de Giro há contas consideradas Erráticas, que compõem então o chamado ativo errático e passivo errático. Então para se obter o saldo de tesouraria deve se diminuir o ativo errático do passivo errático. Esse saldo de tesouraria é o saldo que representa o valor residual da diferença encontrada entre o Capital de Giro e a Necessidade de Capital de Giro.

Fleuriet (2003, p.13): “apenas para exemplificar, a conta disponível/caixa é considerada como ativo errático e as contas empréstimos de curto prazo e pagamentos de Impostos de Renda como passivo errático”.

Fleuriet (2003), fala sobre os saldos, se o saldo da tesouraria for negativo, indica que o passivo errático será maior que o ativo errático, ou seja, o capital de giro não consegue financiar a Necessidade de Capital de Giro. Com o saldo positivo a empresa possui recursos a prazo curto que podem ser investidos.

### **Tipos de Empresas**

Ainda conforme Fleuriet (2003) há enquadramento das empresas, nesse caso são 6 os tipos de empresa do modelo, porém existem os 4 mais importantes.

De acordo com Braga *et al.* (2004) a essa análise de Fleuriet demonstra a situação financeira em que a empresa se encontra no momento. Essa situação é avaliada pelo risco de insolvência da empresa.

A classificação do tipo de empresa deve ser feita levando em consideração a classificação das contas para se chegar aos resultados. Observando algumas classificações do balanço patrimonial. Nessa situação são apresentadas abaixo as fórmulas e classificações corretas para se encontrar que tipo de situação financeira as empresas se encontram.

A seguir como chegar aos valores de CCL, T, IOG:

Conforme Braga *et al.* (2004) para se chegar ao valor de CCL, ou seja, ao valor de Capital de Giro deve diminuir do PNC o ANC, onde PNC é a nova classificação do balanço, onde se encontra as contas do passivo não circulante, enquanto que o ANC é a soma do ativo realizável em longo prazo e do ativo permanente.

Fórmula apresentada:

$$\text{PNC} - \text{ANC} = \text{CCL}$$

Já em relação ao saldo T, Braga comenta que: “p.57 “ao Além de ser calculado pela diferença entre o ACF e o PCO, o saldo de tesouraria (T) pode ser visualizado como sendo um valor residual obtido da diferença entre o CCL e o IOG””.

O ACF conforme Braga *et al.* (2004, p.56):

O ativo circulante financeiro (ACF) é constituído pelos saldos das seguintes contas: caixa e bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, empréstimos a empresas coligadas e controladas, etc.

O PCO conforme Braga *et al.* (2004, p.56):

O passivo circulante oneroso (PCO) é constituído pelas seguintes contas: empréstimos e financiamentos a vencer a curto prazo, duplicatas e outros haveres descontados (reclassificados do AC para o PC), dívidas com coligadas e controladas, etc.

Fórmula apresentada:

$$\text{ACF} - \text{PCO} = \text{T}$$

Para se calcular o IOG que Braga *et al.* (2004) comentam que deve ver a relação entre o ACO, onde está constituído o restante de contas que não entraram no ACF, bem como, por exemplo: estoques ou despesas pagas antecipadamente. E com PCF que são o restante de contas do passivo circulantes não classificados em PCO. De acordo com Braga (2003, p. 56) “fornecedores, contas a pagar, imposto de renda e contribuição social, outros tributos e contribuições a pagar, dividendos a pagar, provisões, adiantamentos de clientes, etc.”.

Fórmula apresentada:

$$\text{ACO} - \text{PCF} = \text{IOG}$$

Braga *et al.* (2004) demonstram o seguinte quadro para demonstrar como encontrar as tipologias:

QUADRO 4. TIPOS DE EMPRESA - MODELO FLEURIET

TIPOS DE EMPRESAS															
Excelente	-	CCL	>	0	IOG	<	0	, sendo	CCL	>	IOG	-	T	>	0
Sólida	-	CCL	>	0	IOG	>	0	, sendo	CCL	>	IOG	-	T	>	0
Arriscada	-	CCL	<	0	IOG	<	0	, sendo	CCL	>	IOG	-	T	>	0
Insatisfatória	-	CCL	>	0	IOG	>	0	, sendo	CCL	>	IOG	-	T	<	0
Ruim	-	CCL	<	0	IOG	<	0	, sendo	CCL	<	IOG	-	T	<	0
Péssima	-	CCL	<	0	IOG	>	0	, sendo	CCL	<	IOG	-	T	<	0

FONTE: Adaptado de Braga *et al.* (2004).

Conforme Braga *et al.* (2004) ainda falam que essa tabela tem a seguinte correspondência para o modelo de Fleuriet, onde o T é o saldo de tesouraria, o CCL representa o Capital de Giro e o IOG à necessidade de Capital de Giro da empresa.

Braga *et al.* (2004) discorrem sobre cada tipo de empresa, comentando sobre o tipo excelente, essa certamente cumprira com os prazos de pagamentos de suas dívidas, uma vez que existe folga financeira.

Já em relação ao tipo sólido, Braga *et al.* (2004) comentam que o Capital de Giro consegue suprir, atender o necessário, mesmo que precise de recursos para se manter quando se trata das atividades operacionais.

A Empresa de tipo arriscada faz jus ao nome da classificação, havendo quedas de vendas pode haver problemas, uma vez que a empresa financia necessidades de capital de giro com recursos de curto prazo, mesmo com saldo de tesouraria positivo. (BRAGA *et al.* 2004, p.57).

De acordo com Braga *et al.* (2004) para se chegar a uma situação classificada como ruim seria preciso usar recursos de curto prazo para financiar os de longo, deixando frágil a solvência da empresa.

O autor da como característica de uma empresa insatisfatória ela estar em constante necessidade de empréstimos, e de se acender o alerta de inadimplência por parte da organização.

Braga *et al.* (2004) ainda comentam sobre a situação de a organização chegar a ser péssima, o grande problema seria os vários empréstimos

necessários para se manter, nesse caso o autor ainda fala sobre a possibilidade da empresa entrar em falência.

Em relação ao tipo 1 (excelente) e tipo 2 (sólida), Fleuriet (2004) comenta que são os mais aparecem, sendo que no tipo um a empresa disporá de saldo de tesouraria negativo, portanto ela estará financiando sua Necessidade de Capital de Giro com curto prazo. Já no Tipo dois a empresa, será sólida e com saldo de tesouraria positivo.

Ainda conforme o autor a empresa de tipo 3 (insatisfatória) precisa lutar para sobreviver tendo risco alto de insolvência. No tipo 4 péssima), a empresa de depende do volume de vendas, se aumenta melhora, se diminui há preocupações a serem consideradas.

### 3 METODOLOGIA

A Pesquisa caracteriza por ser descritiva comparativa, qualitativa, baseada em análise documental.

A pesquisa descritiva descreve a situação, os fatos ou variáveis aplicados. Usa muito a comparação para delinear o que é o objeto de pesquisa. (SALOMON, 1999).

A análise documental conforme Salomon (1999, pg. 161): “Análise de documentos ou análise de conteúdo: consiste no exame sistemático de informações ou documentos como fonte de dados”.

A Delimitação da pesquisa ocorre com duas empresas. As instituições selecionadas para a pesquisa foram companhias de capital aberto, que prestam serviços essenciais à população. Sendo elas a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A Copel é uma empresa que fornece energia elétrica, desde a geração até a transmissão com um ramo ainda de telecomunicações. A companhia foi criada em outubro de 1954. Negocia suas ações na bolsa de São Paulo, Nova Iorque e Madri. (COPEL 2014).

A Sanepar é alguns anos mais nova do que a Copel, tendo sido criada em 23 de janeiro de 1963, fornecendo abastecimento de água e tratamento de esgoto. De acordo com a Sanepar A empresa está sediada em Curitiba (PR), tem 176 Estações de Tratamento de Água (ETA) e 225 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) estabelecidas em todo o Estado. Conta com 6.637 empregados. (SANEPAR 2015).

As análises foram feitas nos anos de 2011 a 2013, baseados nas demonstrações divulgadas. As demonstrações foram retiradas da BM &F BOVESPA em Fevereiro de 2015. Sendo que as informações divulgadas pela Copel são consolidadas e as da Sanepar Individual, portanto na análise da Copel foram usadas as demonstrações consolidadas.

As análises foram feitas após a correção do índice do IGP-M e embasadas na teoria dos autores Matarrazo (2003), Braga *et al* (2004), Assaf Neto (2005) e Gitman (2004).

#### 4 DAS ANÁLISES E RESULTADOS ENCONTRADOS

Começando as análises das empresas Copel e Sanepar, observamos as análises verticais e horizontais.

Referente à análise Vertical onde vemos a estrutura da demonstração contábil.

Na análise Vertical do Balanço da empresa Copel há a demonstração da seguinte estrutura, possuindo em relação ao ativo, maior parte das aplicações no ativo não circulante, ou seja, de longo prazo, de 80,36% no ano de 2011, mantendo-se no mesmo patamar nos anos seguintes.

A conta mais significativa na estrutura de ativo circulante é das contas a receber que representava 9,45% do ativo total.

Em relação ao passivo a empresa também tem na sua estrutura um passivo circulante que representa apenas 14,49% do total em 2013.

Deixando em destaque o patrimônio líquido com 55,94% da estrutura do passivo em 2013.

A Copel apresentou variação nas contas de empréstimos que eram de 0,62% em 2011 e passaram para 4,39% em 2013.

Observa-se de modo geral que no período não houve grandes mudanças quando a estrutura do ativo e passivo da empresa.

Quanto à análise vertical da demonstração de resultado as variações também não são consideráveis.

Porém verifica-se que em 2011 o resultado final mostra-se com 15,13% da receita final, tomando como base a receita, e esse índice cai para 8,55 em 2012 e recupera-se um pouco em 2013 com os 12%. Observando que essa variação também ocorre com os custos de produtos/serviços vendidos que representam 76,66% em 2013.

QUADRO 5. ANÁLISE VERTICAL – COPEL

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		VERTICAL	VERTICAL	VERTICAL
Conta	Descrição			
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
1.01	Ativo Circulante	19,64%	22,07%	20,25%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5,57%	6,88%	7,54%
1.01.02	Aplicações Financeiras	3,10%	3,17%	1,69%
1.01.03	Contas a Receber	8,99%	10,28%	9,45%
1.01.04	Estoques	0,55%	0,59%	0,60%
1.01.06	Tributos a Recuperar	1,41%	1,14%	0,88%
1.01.07	Despesas Antecipadas	0,02%	0,02%	0,09%
1.02	Ativo Não Circulante	80,36%	77,93%	79,75%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30,03%	29,69%	31,26%
1.02.02	Investimentos	2,95%	2,68%	5,14%
1.02.03	Imobilizado	38,27%	37,12%	34,54%
1.02.04	Intangível	9,11%	8,44%	8,81%
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
2.01	Passivo Circulante	10,92%	13,36%	14,49%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1,19%	1,81%	1,04%
2.01.02	Fornecedores	3,97%	5,34%	4,73%
2.01.03	Obrigações Fiscais	2,33%	2,16%	2,59%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0,62%	1,29%	4,39%
2.01.05	Outras Obrigações	2,82%	2,76%	1,74%
2.02	Passivo Não Circulante	24,96%	28,35%	29,57%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10,93%	14,09%	15,22%
2.02.02	Outras Obrigações	5,27%	6,03%	7,06%
2.02.03	Tributos Diferidos	3,45%	2,78%	1,82%
2.02.04	Provisões	5,31%	5,45%	5,48%
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	64,12%	58,29%	55,94%
2.03.01	Capital Social Realizado	36,68%	32,58%	29,90%
2.03.04	Reservas de Lucros	18,37%	18,73%	20,59%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7,78%	5,73%	4,25%
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1,29%	1,25%	1,20%

FONTE: AUTOR

Na análise vertical da Sanepar observamos que o ativo circulante forma 19% de todo o ativo, ou seja, as aplicações ficam no longo prazo.

O Patrimônio líquido representava em 2013 52,86% de todo o passivo, ou seja, a origem de recursos vem de recursos próprios. E observa-se que houve um aumento de uso de recursos próprios, uma vez que se usava 41,52% em 2011. Nas contas do patrimônio verificamos que a reserva de lucros que antes representava apenas 7,49% do total do passivo em 2013 passa a representar 13,65%.

QUADRO 06. ANÁLISE VERTICAL – SANEPAR

DFs Individuais / Balanço Patrimonial - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		VERTICAL	VERTICAL	VERTICAL
Conta	Descrição			
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
1.01	Ativo Circulante	8,75%	10,42%	8,91%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2,52%	3,55%	2,18%
1.01.03	Contas a Receber	5,05%	5,41%	5,46%
1.01.04	Estoques	0,56%	0,44%	0,44%
1.01.06	Tributos a Recuperar	0,25%	0,41%	0,28%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0,37%	0,60%	0,55%
1.02	Ativo Não Circulante	91,25%	89,58%	91,09%
1.02.01	Ativo Realizável à Longo Prazo	7,22%	9,11%	9,45%
1.02.02	Investimentos	0,05%	0,05%	0,04%
1.02.03	Imobilizado	82,30%	77,13%	75,49%
1.02.04	Intangível	1,69%	3,30%	6,11%
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
2.01	Passivo Circulante	10,28%	9,80%	8,06%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0,65%	1,07%	0,87%
2.01.02	Fornecedores	1,49%	1,65%	1,96%
2.01.03	Obrigações Fiscais	0,47%	0,52%	0,68%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3,16%	2,11%	1,66%
2.01.05	Outras Obrigações	3,19%	2,83%	1,31%
2.01.06	Provisões	1,32%	1,62%	1,58%
2.02	Passivo Não Circulante	48,20%	50,85%	39,08%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13,90%	13,45%	20,06%
2.02.02	Outras Obrigações	19,03%	17,99%	1,73%
2.02.04	Provisões	15,27%	19,41%	17,29%
2.03	Patrimônio Líquido	41,52%	39,35%	52,86%
2.03.01	Capital Social Realizado	32,35%	29,17%	38,49%
2.03.03	Reservas de Reavaliação	2,10%	1,80%	1,56%
2.03.04	Reservas de Lucros	7,49%	11,07%	13,65%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,45%	0,34%	0,25%
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-0,87%	-3,02%	-1,09%

FONTE: AUTOR

Na comparação das duas empresas observamos que a evolução na estrutura da Sanepar em relação ao patrimônio líquido aumentou, passando de 41,52% para 52,86%. Já na estrutura da Copel, patrimônio que era de 64,12% caiu para 55,94%.

A Sanepar demonstra em sua estrutura um passivo circulante em relação ao total do passivo em 2013 de 39,08%, enquanto que a Copel de 29,57%.

Em relação à Demonstração de resultado da Copel as análises de estrutura demonstram que o resultado apresentado nos anos de 2011 a 2013 é de 15,13% e passa para 8,55% em 2012 e logo para 2013 de 12%. Não havendo, portanto variação significativa no período. A análise mostra também que em 2013 as despesas/receitas operacionais representavam 9,98% do total da receita.

QUADRO 7. ANÁLISE VERTICAL DRE – COPEL

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		VERTICAL	VERTICAL	VERTICAL
Conta	Descrição			
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-70,18%	-77,01%	-76,66%
3.03	<b>Resultado Bruto</b>	<b>29,82%</b>	<b>22,99%</b>	<b>23,34%</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12,37%	-11,23%	-9,98%
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17,46%	11,76%	13,36%
3.06	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-4,51%</b>	<b>-7,95%</b>	<b>3,05%</b>
3.07	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>12,94%</b>	<b>3,82%</b>	<b>16,41%</b>
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5,23%	-2,90%	-4,41%
3.09	<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>15,13%</b>	<b>8,55%</b>	<b>12,00%</b>
3.11	<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>15,13%</b>	<b>8,55%</b>	<b>12,00%</b>

FONTE: AUTOR

Em relação à DRE da Sanepar a empresa apresenta em 2015 uma estrutura de 17% de resultado em relação à receita total, nesse caso um 5% a mais em relação a Copel. Os custos apresentados pelas Sanepar representam

apenas 39,71% enquanto que na Copel são de 76,66% em 2013. Ou seja, ou custos da Copel são maiores. Porém na estrutura da Copel as despesas são menores em relação à Sanepar que em 2013 apresentou 33,18% contra 9,98% da Copel.

QUADRO 8. ANÁLISE VERTICAL DRE – SANEPAR

Fs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		VERTICAL	VERTICAL	VERTICAL
Conta	Descrição			
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41,70%	-38,56%	-39,71%
3.03	<b>Resultado Bruto</b>	<b>58,30%</b>	<b>61,44%</b>	<b>60,29%</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29,91%	-34,50%	-33,18%
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28,39%	26,94%	27,11%
3.06	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-7,27%</b>	<b>-5,96%</b>	<b>-4,15%</b>
3.07	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>21,12%</b>	<b>20,98%</b>	<b>22,96%</b>
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4,81%	-5,17%	-5,96%
3.09	<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>16,32%</b>	<b>15,81%</b>	<b>17,00%</b>
3.11	<b>Lucro/Prejuízo do Período</b>	<b>16,32%</b>	<b>15,81%</b>	<b>17,00%</b>

FONTE: AUTOR

Observadas as análises verticais que mostram a estruturas vamos verificar as evoluções ocorridas dos anos de 2011 a 2013. Tomando como base o ano de 2011 como 100%.

A Copel apresenta algumas variações importantes como a variação de empréstimos e financiamentos que aumenta de 2011 para 2012 119,93% e do ano de 2012 para 2013 mais 248,51%. Em Valores a empresa tinha em 2011 2.338.544 e em 2013 para 3.517.161, ou seja, um aumento considerável. Outra mudança é nas obrigações trabalhistas com um aumento de 60% no primeiro ano.

QUADRO 9. ANÁLISE HORIZONTAL COPEL

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>105,27%</b>	<b>102,57%</b>
<b>1.01</b>	<b>Ativo Circulante</b>	100,00%	118,32%	94,10%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100,00%	130,13%	112,34%
<b>1.01.02</b>	<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>100,00%</b>	<b>107,51%</b>	<b>54,77%</b>
1.01.03	Contas a Receber	100,00%	120,39%	94,36%
1.01.04	Estoques	100,00%	112,42%	105,04%
1.01.06	Tributos a Recuperar	100,00%	84,93%	79,34%
1.01.07	Despesas Antecipadas	100,00%	97,84%	391,75%
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	<b>100,00%</b>	<b>97,84%</b>	<b>391,75%</b>
<b>1.02</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>102,08%</b>	<b>104,97%</b>
<b>1.02.01</b>	<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	100,00%	104,09%	107,98%
<b>1.02.02</b>	<b>Investimentos</b>	100,00%	95,82%	196,51%
<b>1.02.03</b>	<b>Imobilizado</b>	100,00%	102,09%	95,46%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	100,00%	89,51%	105,79%
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	<b>100,00%</b>	<b>151,48%</b>	<b>71,52%</b>
<b>1.02.04</b>	<b>Intangível</b>	100,00%	97,43%	107,08%
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>105,27%</b>	<b>102,57%</b>
<b>2.01</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>128,74%</b>	<b>111,21%</b>
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	100,00%	160,23%	58,75%
2.01.02	Fornecedores	100,00%	141,58%	90,84%
2.01.03	Obrigações Fiscais	100,00%	97,60%	122,79%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100,00%	219,93%	348,51%
2.01.05	Outras Obrigações	100,00%	103,12%	64,85%
<b>2.02</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>119,61%</b>	<b>106,98%</b>
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	100,00%	135,73%	110,81%
2.02.02	Outras Obrigações	100,00%	120,55%	119,96%
2.02.03	Tributos Diferidos	100,00%	85,01%	67,02%
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100,00%	85,01%	67,02%
2.02.04	Provisões	100,00%	107,97%	103,12%
<b>2.03</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>	<b>100,00%</b>	<b>95,69%</b>	<b>98,44%</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	100,00%	93,50%	94,12%
2.03.04	Reservas de Lucros	100,00%	107,37%	112,73%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	100,00%	77,45%	76,20%
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	100,00%	101,84%	98,72%

FONTE: AUTOR

A Copel não teve maiores contas significativa nas análises, já em relação às análises da Sanepar houve algumas alterações expressivas, bem como títulos a recuperar que de 2011 para 2012 aumentou 70% e no ano seguinte uma queda de 68%. Os empréstimos e financiamentos da empresa tiveram um aumento de 53,42% passando de R\$ 882.204,47 em 2012 para 1.353.510 em 2013.

O ativo intangível da empresa teve aumento de 2011 para 2012 102,74% e de 2012 para 2013 mais 90,64%. Ou seja, era 106.655,67 no primeiro ano passando para 412.223,00 para o último ano de análise.

QUADRO 10. ANÁLISE HORIZONTAL SANEPAR

DFs Individuais / Balanço Patrimonial - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>103,71%</b>	<b>102,91%</b>
<b>1.01</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>123,47%</b>	<b>88,02%</b>
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100,00%	146,07%	63,03%
1.01.03	Contas a Receber	100,00%	111,22%	103,86%
1.01.04	Estoques	100,00%	81,29%	103,49%
1.01.06	Tributos a Recuperar	100,00%	170,24%	68,41%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100,00%	168,83%	95,29%
<b>1.02</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>101,81%</b>	<b>104,64%</b>
<b>1.02.01</b>	<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>100,00%</b>	<b>130,97%</b>	<b>106,71%</b>
1.02.01.03	Contas a Receber	100,00%	95,58%	45,24%
1.02.01.06	Tributos Diferidos	100,00%	157,33%	91,82%
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	100,00%	103,36%	138,56%
1.02.02	Investimentos	100,00%	93,50%	93,65%
1.02.03	Imobilizado	100,00%	97,20%	100,73%
1.02.04	Intangível	100,00%	202,74%	190,64%
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>103,71%</b>	<b>102,91%</b>
<b>2.01</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>98,88%</b>	<b>84,70%</b>
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	100,00%	172,04%	83,77%
2.01.02	Fornecedores	100,00%	114,56%	122,45%
2.01.03	Obrigações Fiscais	100,00%	114,51%	133,06%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100,00%	69,26%	81,24%
2.01.05	Outras Obrigações	100,00%	92,04%	47,48%

2.01.05.02	Outros	100,00%	92,04%	47,48%
2.01.06	Provisões	100,00%	127,07%	100,76%
2.01.06.02	Outras Provisões	100,00%	127,07%	100,76%
<b>2.02</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>100,00%</b>	<b>109,41%</b>	<b>79,09%</b>
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	100,00%	100,37%	153,42%
2.02.02	Outras Obrigações	100,00%	98,02%	9,90%
2.02.04	Provisões	100,00%	131,83%	91,69%
<b>2.03</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>100,00%</b>	<b>98,29%</b>	<b>138,22%</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	100,00%	93,50%	135,82%
2.03.03	Reservas de Reavaliação	100,00%	88,72%	89,14%
2.03.04	Reservas de Lucros	100,00%	153,25%	126,92%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	100,00%	78,46%	75,01%
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	100,00%	359,09%	37,13%

FONTE: AUTOR

A principal conta a ter mudanças significativas na Sanepar é os Outros resultados abrangentes que tem um aumento considerável em 2012 de 259,09%. A Empresa também aumenta suas reservas de lucros em 53,25%.

Em relação à demonstração de resultado a Copel demonstrou grandes modificações em suas contas, em termos de resultado de equivalência patrimonial a empresa registrou um aumento de 2012 para 2013, porém no resultado como um todo não há grandes mudanças uma vez que os valores são R\$ 113.606,00, comparado com uma receita de R\$ 9.108.214,00.

QUADRO 11. ANÁLISE HORIZONTAL - COPEL - DRE

Fs Consolidadas / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100,00%	102,12%	101,74%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	100,00%	112,06%	101,28%
3.03	Resultado Bruto	100,00%	78,72%	103,26%
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	100,00%	92,70%	90,43%
3.04.01	Despesas com Vendas	100,00%	53,96%	137,07%

3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	100,00%	110,06%	92,07%
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	100,00%	66,46%	852,33%
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	100,00%	74,91%	112,12%
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	100,00%	11,96%	1599,55%
<b>3.05</b>	<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>100,00%</b>	<b>68,82%</b>	<b>115,51%</b>
<b>3.06</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>100,00%</b>	<b>179,76%</b>	<b>-39,09%</b>
3.06.01	Receitas Financeiras	100,00%	104,98%	94,71%
3.06.02	Despesas Financeiras	100,00%	179,76%	51,88%
<b>3.07</b>	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,12%</b>	<b>437,37%</b>
<b>3.08</b>	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>100,00%</b>	<b>56,50%</b>	<b>154,98%</b>
3.08.01	Corrente	100,00%	70,05%	113,90%
3.08.02	Diferido	100,00%	97,02%	66,28%
<b>3.09</b>	<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>100,00%</b>	<b>57,72%</b>	<b>142,70%</b>
<b>3.11</b>	<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>100,00%</b>	<b>57,72%</b>	<b>142,70%</b>
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100,00%	56,59%	144,08%
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	100,00%	126,03%	105,21%

FONTE: AUTOR

Já a Sanepar mostrou em seus resultado/despesas operacional um aumento em relação a 2011 para 2012 de 53,36%. Porém os resultados de forma geral continuaram os mesmo durante os anos não havendo grandes evoluções.

QUADRO 12. ANÁLISE HORIZONTAL - SANEPAR – DRE

Fs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100,00%	113,94%	105,06%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços	100,00%	105,38%	108,19%

	Vendidos			
<b>3.03</b>	<b>Resultado Bruto</b>	<b>100,00%</b>	<b>120,07%</b>	<b>103,10%</b>
<b>3.04</b>	<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>100,00%</b>	<b>131,41%</b>	<b>101,05%</b>
3.04.01	Despesas com Vendas	100,00%	105,77%	126,04%
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	100,00%	134,91%	100,71%
<b>3.04.05</b>	<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>100,00%</b>	<b>153,36%</b>	<b>81,34%</b>
3.04.05.01	Provisão para Contingencias	100,00%	182,84%	38,42%
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	100,00%	119,66%	162,08%
3.04.05.03	Programa de Participação nos Resultados	100,00%	222,47%	92,15%
3.04.05.04	Outras Despesas Operacionais	100,00%	53,13%	43,39%
<b>3.05</b>	<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>100,00%</b>	<b>108,11%</b>	<b>105,74%</b>
<b>3.06</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>100,00%</b>	<b>93,39%</b>	<b>73,22%</b>
3.06.01	Receitas Financeiras	100,00%	116,75%	101,25%
3.06.02	Despesas Financeiras	100,00%	97,13%	78,62%
<b>3.07</b>	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>100,00%</b>	<b>113,18%</b>	<b>114,97%</b>
<b>3.08</b>	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>100,00%</b>	<b>122,51%</b>	<b>121,16%</b>
<b>3.09</b>	<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>100,00%</b>	<b>110,43%</b>	<b>112,95%</b>
<b>3.11</b>	<b>Lucro/Prejuízo do Período</b>	<b>100,00%</b>	<b>110,43%</b>	<b>112,95%</b>

FONTE: AUTOR

Além da análise da Vertical e horizontal vejamos as análises usando os índices econômicos financeiros.

QAUDRO 13. ÍNDICES – COPEL/SANEPAR

ANÁLISES - ÍNDICES	COPEL			SANEPAR		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Liquidez Imediata	<u>0,79</u>	<u>0,75</u>	<u>0,64</u>	<u>0,25</u>	<u>0,36</u>	<u>0,27</u>
Liquidez Seca	<u>1,75</u>	<u>1,61</u>	<u>1,36</u>	<u>0,19</u>	<u>0,32</u>	<u>0,21</u>
Liquidez Corrente	<u>1,8</u>	<u>1,65</u>	<u>1,4</u>	<u>0,85</u>	<u>1,06</u>	<u>1,1</u>
Liquidez Geral	<u>1,38</u>	<u>1,24</u>	<u>1,17</u>	<u>0,27</u>	<u>0,32</u>	<u>0,39</u>
Endividamento Geral	<u>0,36</u>	<u>0,42</u>	<u>0,44</u>	<u>0,58</u>	<u>0,61</u>	<u>0,47</u>
Composição do Endividamento	<u>0,3</u>	<u>0,32</u>	<u>0,33</u>	<u>0,18</u>	<u>0,16</u>	<u>0,17</u>
Grau de endividamento	0,56	0,72	0,79	1,41	1,54	0,89
ROA (Retorno Sobre o Ativo)	<u>0,06</u>	<u>0,03</u>	<u>0,05</u>	<u>0,05</u>	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>
ROE (Retorno Sobre o Patrimônio Líquido)	<u>0,1</u>	<u>0,06</u>	<u>0,09</u>	<u>0,12</u>	<u>0,14</u>	<u>0,11</u>
Rentabilidade sobre vendas	<u>0,15</u>	<u>0,09</u>	<u>0,12</u>	<u>0,28</u>	<u>0,26</u>	<u>0,28</u>

FONTE: AUTOR

Em relação à empresa Copel, levando em consideração que no cada a cada um real de dívida que a empresa tiver, ela vai ter mais tanto para pagar, então na liquidez imediata, por exemplo, a Copel consegue pagar 0,79 centavos de dívida no ano de 2011, já na liquidez seca, onde descontamos os estoques e despesas pagas antecipadamente, a liquidez o resultado em 2011 é de que a cada um real de dívida, a empresa consegue pagar R\$ 1,75. Ou seja, consegue efetuar seus pagamentos e ainda sobra dinheiro em caixa.

De modo geral a liquidez da empresa é boa. Ela não consegue quitar suas contas e sobrar, quando analisado a liquidez imediata, pois ela leva em consideração somente o que a Copel teria em caixa disponível no momento do fechamento.

A evolução da liquidez nos anos é decrescente, ela começa a diminuir cada um dos índices de 2011 para 2013. Retomando as análises horizontais é possível ver que houve pequenos aumentos em 2011 para 2012 nos disponível, porém, o passivo circulante aumentou também, deixando a liquidez menor.

A Sanepar nas análises de liquidez, não consegue pagar seus compromissos, sua liquidez se apresenta baixa. Ou seja, a cada um real de dívida geral em 2013 a empresa consegue apenas pagar 0,39 centavos. Onde na liquidez seca, a empresa só consegue pagar apenas 0,19 centavos em 2013.

Em relação ao grau de endividamento da Sanepar, há uma queda de 2011 para 2013, com aumento de capital próprio, pois a empresa aumente seu capital próprio como é demonstrado nas análises de verticais e horizontais, onde o patrimônio passa de R\$ 2.310.399,00 em 2011 para 3.566.842,00 em 2013. Em percentual significa que o patrimônio aumenta de 2012 para 2013 38,22%.

A Copel demonstra que o endividamento da empresa tem um aumento. O que chama atenção é em relação ao grau nesse caso iniciou o ano de 2011 com 56% de capital de terceiros e subiu consideravelmente para 79% em 2013. Ou seja, dependendo bem mais dos recursos de terceiros.

Os retornos sobre ativo e patrimônio líquido da Copel se apresentam bem baixos e estáveis. Já em relação as rentabilidade das vendas sobre o lucro ela teve variação de 15% para 12% em 2013, ai a Sanepar se mostra mais rentável com 28% em final de 2013.

Analisados os índices podemos verificar o grau de solvência das empresas através do capital de giro.

QUADRO 14. CAPITAL DE GIRO - COPEL

ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO - COPEL								
DINÂMICA 2011			DINÂMICA 2012			DINÂMICA 2013		
FÓRMULA		RESTR.	FÓRMULA		RESTR.	FÓRMULA		RESTR.
ACF - PCO	<u>T</u>	1.723.406	ACF - PCO	<u>T</u>	1.973.486	ACF - PCO	<u>T</u>	1.118.262
PNC - ANC	<u>CCL</u>	1.865.545	PNC - ANC	<u>CCL</u>	1.963.638	PNC - ANC	<u>CCL</u>	1.332.399
ACO - PCF	<u>IOG</u>	142.139	ACO - PCF	<u>IOG</u>	-9.848	ACO - PCF	<u>IOG</u>	214.137
CONDIÇÃO			CONDIÇÃO			CONDIÇÃO		
<u>CCL</u>	>	<u>IOG</u>	<u>CCL</u>	>	<u>IOG</u>	<u>CCL</u>	>	<u>IOG</u>
SITUAÇÃO FINANCEIRA			SITUAÇÃO FINANCEIRA			SITUAÇÃO FINANCEIRA		
Sólida			Excelente			Sólida		

FONTE: AUTOR

O tipo de empresa sólida possui folga financeira para ser investido em recursos de curto prazo, então quanto se fala em solvência é uma empresa sólida. A condição Idea atingida em 2012 como sendo excelente é ótima indicando que a empresa recebia recursos antes de pagar seus fornecedores.

QUADRO 15. CAPITAL DE GIRO - SANEPAR

<b>ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO - SANEPAR</b>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

DINÂMICA 2011			DINÂMICA 2012			DINÂMICA 2013		
FÓRMULA	RESTR.		FÓRMULA	RESTR.		FÓRMULA	RESTR.	
ACF - PCO	<u><b>T</b></u>	-40.175	ACF - PCO	<u><b>T</b></u>	94.619	ACF - PCO	<u><b>T</b></u>	34.472
PNC - ANC	<u><b>CCL</b></u>	-96.592	PNC - ANC	<u><b>CCL</b></u>	40.500	PNC - ANC	<u><b>CCL</b></u>	57.020
ACO - PCF	<u><b>IOG</b></u>	-56.418	ACO - PCF	<u><b>IOG</b></u>	-54.119	ACO - PCF	<u><b>IOG</b></u>	22.548
<b>CONDIÇÃO</b>			<b>CONDIÇÃO</b>			<b>CONDIÇÃO</b>		
<b>CCL</b>	<b>&lt;</b>	<b>IOG</b>	<b>CCL</b>	<b>&gt;</b>	<b>IOG</b>	<b>CCL</b>	<b>&gt;</b>	<b>IOG</b>
<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA</b>			<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA</b>			<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>Ruim</b>			<b>Excelente</b>			<b>Sólida</b>		

FONTE: AUTOR

A análise de solvência da Sanepar em 2011 ela era classificada como tipo ruim, ou seja, correndo risco de insolvência usando recursos de curto prazo para manter os de longo, essa situação melhora muito em 2012, nessa análise a empresa está no melhor tipo, excelente, há folga financeira, há outra alteração no ano de 2013 onde a empresa continua bem, porém classificando-se como tipo: sólida.

Observa-se que os empréstimos em curto prazo diminuem nesse período e em longo prazo aumentam assim os recursos de curto prazo financiam os de longo obtendo a folga da melhor situação.

Temos algumas alterações nas contas e o passivo não circulante passa a ser maior que o ativo não circulante fazendo com que o resultado do CCI altere. O passivo teve dois aumentos mais consideráveis, nas provisões da empresa.

Ao analisarmos as empresas também é importante verificarmos as demonstrações de valor adicionado divulgados, para que possamos ver de que forma está sendo geradas as riquezas bem como tem sido essa distribuição.

A DVA da Copel passou por análise horizontal para verificar a evolução nos anos de 2011 a 2013.

QUADRO 16. ANÁLISE HORIZONTAL - DVA COPEL

DFs Consolidadas / DVA		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
<b>7.01</b>	<b>Receitas</b>	<b>100%</b>	<b>102%</b>	<b>90%</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	100%	111%	98%
7.03	Valor Adicionado Bruto	100%	96%	82%
7.04	Retenções	100%	93%	103%
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100%	96%	80%
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100%	106%	109%
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	100%	97%	83%
<b>7.08</b>	<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>100%</b>	<b>97%</b>	<b>83%</b>
<b>7.08.01</b>	<b>Pessoal</b>	<b>100%</b>	<b>116%</b>	<b>86%</b>
7.08.01.01	Remuneração Direta	100%	105%	92%
7.08.01.02	Benefícios	100%	115%	97%
7.08.01.03	F.G.T.S.	100%	114%	90%
7.08.01.04	Outros	100%	269%	35%
<b>7.08.02</b>	<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>100%</b>	<b>95%</b>	<b>78%</b>
7.08.02.01	Federais	100%	91%	72%
7.08.02.02	Estaduais	100%	99%	84%
7.08.02.03	Municipais	100%	116%	100%
<b>7.08.03</b>	<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>100%</b>	<b>186%</b>	<b>54%</b>
7.08.03.01	Juros	100%	195%	51%
7.08.03.02	Aluguéis	100%	135%	107%
7.08.03.03	Outras	100%	76%	72%
<b>7.08.04</b>	<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>100%</b>	<b>58%</b>	<b>143%</b>
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100%	38%	123%
7.08.04.02	Dividendos	100%	100%	207%
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	100%	57%	142%
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	100%	126%	105%

FONTE: AUTOR

A DVA da Sanepar mostra que organização gerou em 2013 o valor de R\$ 1.643.159 de distribuição de valor adicionado. Desse valor a maior distribuição foi para pessoal, como remuneração direta.

A menor distribuição foi para remuneração de capitais de terceiros, como mostra a análise horizontal no ano de 2011 para 2012 a variação foi de apenas 10,43%, havendo em 2013 uma queda de 12,5%.

A maior variação é nos impostos, tem uma variação de 2012 para 2013 de 1000%.

QUADRO 17. ANÁLISE HORIZONTAL - DVA SANEPAR

DFs Individuais / DVA		2011	2012	2013
		HORIZONTAL	HORIZONTAL	HORIZONTAL
Conta	Descrição			
<b>7.01</b>	<b>Receitas</b>	<b>100,00%</b>	<b>114,48%</b>	<b>104,34%</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	100,00%	118,88%	99,24%
7.03	Valor Adicionado Bruto	100,00%	112,58%	106,66%
7.04	Retenções	100,00%	93,76%	101,50%
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	100,00%	93,76%	101,46%
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100,00%	115,01%	107,20%
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100,00%	116,75%	101,25%
<b>7.07</b>	<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>100,00%</b>	<b>115,05%</b>	<b>107,08%</b>
<b>7.08</b>	<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>100,00%</b>	<b>115,05%</b>	<b>107,08%</b>
<b>7.08.01</b>	<b>Pessoal</b>	<b>100,00%</b>	<b>121,70%</b>	<b>106,80%</b>
7.08.01.01	Remuneração Direta	100,00%	118,22%	110,45%
7.08.01.02	Benefícios	100,00%	130,47%	98,89%
7.08.01.03	F.G.T.S.	100,00%	114,33%	111,78%
<b>7.08.02</b>	<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,74%</b>	<b>1109,91%</b>
7.08.02.01	Federais	100,00%	11,74%	1109,97%
7.08.02.02	Estaduais	100,00%	89,32%	85,51%
7.08.02.03	Municipais	100,00%	106,91%	118,95%
<b>7.08.03</b>	<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,63%</b>	<b>87,50%</b>
7.08.03.01	Juros	100,00%	97,13%	78,62%
7.08.03.02	Aluguéis	100,00%	194,83%	206,56%
<b>7.08.04</b>	<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>100,00%</b>	<b>110,43%</b>	<b>112,95%</b>

7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100,00%	96,02%	98,06%
7.08.04.02	Dividendos	100,00%	100,00%	163,09%
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	100,00%	99,75%	112,65%

FONTE: AUTOR

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando-se conhecer os resultados de empresas que fornecem serviços básicos a população, analisando os índices aplicáveis ao estudo, a DVA apresentada no período e efetuada as devidas análises, acalcado o resultado considera-se que foi cumprido o objetivo.

Tendo delimitado as duas empresas paranaenses prestadoras de serviços básicos e que divulgam seus balanços por terem capital aberto.

As empresas Sanepar e Copel mesmo oferecendo serviços essenciais ainda sim são empresas e possuem bons resultados, visam lucro como quaisquer outras empresas. Verificado nos índices financeiros aplicados na pesquisa, nas análises vertical e horizontal e nas avaliações sobre a DVA.

A Copel mostrou-se uma empresa mais sólida em relação aos três períodos uma vez que nas análises de capital de giro sempre esteve em situação de solvência excelente e sólida. Com índices de liquidez altos, conseguindo pagar suas contas rapidamente. A Sanepar melhorou em 2012 em relação ao ano de 2011, em relação a sua solvência que era ruim ao primeiro ano analisado. Enquanto a Copel mantinha certo padrão a Sanepar evolui ao longo do período melhorando seu desempenho.

A análise realizada na DVA mostra como essas empresas geram e distribuem suas receitas para a sociedade.

Em relação a Sanepar e a Copel, a Copel gera valores maiores na distribuição de valor adicionado, enquanto em 2013 a Senepar distribui R\$ 1.643.159 a Copel distribui R\$ 6.608.123.

Para futuras investigações poderiam ser ampliadas buscando comparações entres empresas de serviços e empresas de capital aberto que trabalham com vendas de produtos, porém tem capital aberto também e não oferecem tanta necessidade para a sociedade.

## REFERÊNCIA

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de balanços: um enfoque econômico Financeiro** 9º Ed. São Paulo atlas, 2010;

\_\_\_\_\_ **Finanças corporativas e valor.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005;

AZZOLIN, José Laudelino. **Análise das Demonstrações Contábeis**, Curitiba IESDE Brasil S.A 2011;

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**, 5º Ed. São Paulo atlas, 2003;

BRAGA, Roberto. NOSSA Valcemiro. MARQUES, José. A.V.D.C. **UMA PROPOSTA PARA A ANÁLISE INTEGRADA DA LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DAS EMPRESAS** - Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, Edição Especial, p. 51 - 64, 30 junho 2004; disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34125>; acesso em: 28 de Abril de 2015;

**COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 09.** Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>, 19 de Novembro de 2014; **COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC 09 (R1).** **Demonstração do Valor Adicionado**, disponível em:, acesso em: 19 de Novembro de 2014;

\_\_\_\_\_ CPC 26 (R1). **Apresentação das Demonstrações.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>, acesso em 20 de Janeiro de 2015;

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO PARANÁ – SANEPAR: disponível em: <http://site.sanepar.com.br/a-sanepar>, acesso em 29 de maio de 2015;

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA – COPEL, disponível em: <http://www.copel.com/hpcopel/acopel/sobre.jsp>, acesso em: 29 de maio de 2015;

FLEURIET, Michel... [et.al.] **O modelo Fleuriet: a dinâmica financeira das empresas brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro.** - Rio de Janeiro: Campus, 2003;

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**, 10ª ed. Tradução Técnica Antônio Zoratto Sanvicente, São Paulo: Addison Wesley, 2004;

IUDÍCIBUS, Sérgio de... [et.al.] **Manual de contabilidade societária, São Paulo atlas, 2010;**

MARIONS, José Carlos. **Contabilidade empresarial**, 10ª ed. - São Paulo atlas, 2003;

PEREZ JUNIOR, José Hernandez e BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração de demonstrações contábeis**, 3ª Ed. São Paulo, 2002;

REIS, Arnaldo de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**, 3ª ed. – São Paulo: Saraiva 2009;

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanço fácil**, 6ª ed. Editora Saraiva, 1999;

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**, 9ª Ed. rev. – São Paulo: Martins Fontes, 1999;

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**, São Paulo: Atlas, 2003.

## ANEXOS

<b>ANEXO - COPEL BALANÇO</b>				
<b>DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)</b>				
<b>Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
1	Ativo Total	23.111.445	21.208.903	18.837.155
1.01	Ativo Circulante	4.680.284	4.681.692	3.699.517
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.741.632	1.459.217	1.048.446
1.01.02	Aplicações Financeiras	391.198	672.309	584.687
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	391.198	672.309	578.719
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	238.527	183.014	60.021
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	150.695	452.487	516.030
1.01.02.01.03	Cauções e Depósitos Vinculados	1.976	36.808	2.668
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	5.968
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	0	5.968
1.01.03	Contas a Receber	2.185.023	2.179.522	1.692.632
1.01.03.01	Clientes	1.337.628	1.489.173	1.368.366
1.01.03.01.01	Clientes	1.337.628	1.489.173	1.368.366
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	847.395	690.349	324.266
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	9.500	18.064	16.487
1.01.03.02.02	Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	85.448	75.930	65.862
1.01.03.02.03	Contas a Receber Vinculadas a Concessão	4.396	5.319	80.626
1.01.03.02.04	Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão	352.161	356.085	0
1.01.03.02.05	Outros Créditos	395.890	234.951	161.291
1.01.04	Estoques	139.278	124.809	103.802
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	203.171	241.034	265.362
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	203.171	241.034	265.362
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	133.158	191.544	215.005
1.01.06.01.02	Outros Tributos	70.013	49.490	50.357
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.982	4.801	4.588
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	19.982	4.801	4.588
1.02	Ativo Não Circulante	18.431.161	16.527.211	15.137.638

1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.224.241	6.297.317	5.656.381
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	154.766	159.581	88.953
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	109.395	116.335	51.400
1.02.01.01.03	Cauções e Depósitos Vinculados	45.371	43.246	37.553
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.141	12.180	11.189
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.141	12.180	11.189
1.02.01.03	Contas a Receber	132.686	26.171	32.452
1.02.01.03.01	Clientes	132.686	26.171	32.452
1.02.01.06	Tributos Diferidos	753.413	681.285	462.177
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	753.413	681.285	462.177
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	399	8.832	0
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	399	8.832	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.171.836	5.409.268	5.061.610
1.02.01.09.03	Contas a Receber Vinculadas a Concessão	3.484.268	2.645.826	3.236.443
1.02.01.09.04	Contas a Receber Vinculados à Prorrogação da Concessão	365.645	717.805	0
1.02.01.09.05	Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	1.295.106	1.308.354	1.280.598
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	675.225	574.371	430.720
1.02.01.09.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	197.659	19.995	18.714
1.02.01.09.08	Tributos Correntes a Recuperar	124.498	120.189	77.912
1.02.01.09.09	Outros Créditos	29.435	22.728	17.223
1.02.02	Investimentos	1.187.927	568.989	555.196
1.02.02.01	Participações Societárias	1.187.927	568.989	555.196
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	76.273	88.085	142.576
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.111.654	480.904	412.620
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	7.983.632	7.871.753	7.209.117
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.181.383	5.499.913	5.745.134
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.802.249	2.371.840	1.463.983
1.02.04	Intangível	2.035.361	1.789.152	1.716.944
1.02.04.	Intangíveis	2.035.361	1.789.152	1.716.944

01				
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.696.431	1.720.470	1.658.564
1.02.04.01.02	Autorização e Concessão de Controladas	298.307	23.343	24.098
1.02.04.01.03	Outros	40.623	45.339	34.282
2	Passivo Total	23.111.445	21.208.903	18.837.155
2.01	Passivo Circulante	3.347.885	2.833.444	2.057.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	239.685	384.008	224.076
2.01.01.01	Obrigações Sociais	69.123	95.472	63.385
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	170.562	288.536	160.691
2.01.02	Fornecedores	1.092.239	1.131.782	747.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.092.239	1.131.782	747.434
2.01.03	Obrigações Fiscais	598.351	458.669	439.383
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	410.421	247.414	242.391
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	297.620	170.189	151.790
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	112.801	77.225	90.601
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	184.369	209.570	193.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.561	1.685	3.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.014.568	274.009	116.487
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	957.106	261.290	116.487
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	954.945	257.973	111.997
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.161	3.317	4.490
2.01.04.02	Debêntures	57.462	12.719	0
2.01.05	Outras Obrigações	403.042	584.976	530.405
2.01.05.02	Outros	403.042	584.976	530.405
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.713	204.780	135.744
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	29.983	25.819	36.037
2.01.05.02.05	Encargos do Consumidor a Recolher	37.994	56.498	70.511
2.01.05.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	127.860	159.599	156.915
2.01.05.02.07	Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	51.481	48.477	44.656
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	137.011	89.803	86.542
2.02	Passivo Não Circulante	6.834.808	6.013.569	4.700.877
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.517.161	2.987.546	2.057.985
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.366.678	1.989.588	2.057.985

2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.304.017	1.933.554	2.004.030
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	62.661	56.034	53.955
2.02.01.02	Debêntures	1.150.483	997.958	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.631.019	1.279.779	992.545
2.02.02.02	Outros	1.631.019	1.279.779	992.545
2.02.02.02.03	Fornecedores	50.121	100.908	107.996
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	68.402	0	152
2.02.02.02.05	Benefícios Pós-Emprego	937.249	675.230	419.253
2.02.02.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	154.721	104.561	94.649
2.02.02.02.07	Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	420.293	399.080	370.442
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	233	0	53
2.02.03	Tributos Diferidos	420.501	590.536	649.527
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	420.501	590.536	649.527
2.02.04	Provisões	1.266.127	1.155.708	1.000.820
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.214.448	1.104.590	952.569
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	287.239	294.576	281.934
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	196.054	154.990	128.505
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	94.809	78.670	58.089
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	636.346	576.354	484.041
2.02.04.02	Outras Provisões	51.679	51.118	48.251
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	211	193	104
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Regulatórios	51.468	50.925	48.147
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.928.752	12.361.890	12.078.493
2.03.01	Capital Social Realizado	6.910.000	6.910.000	6.910.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.758.180	3.972.990	3.459.613
2.03.04.01	Reserva Legal	624.849	571.221	536.187
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.897.833	3.337.295	2.838.551
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	235.498	64.474	84.875
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	983.159	1.214.394	1.466.046
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	277.413	264.506	242.834

FONTE: BM&FBOVESPA

### ANEXO - COPEL DRE

#### DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.180.214	8.493.252	7.776.165
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.037.998	-6.540.636	-5.457.015
3.03	Resultado Bruto	2.142.216	1.952.616	2.319.150
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-916.023	-953.438	-961.596
3.04.01	Despesas com Vendas	-95.615	-65.659	-113.764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-530.104	-541.913	-460.375
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.473	2.040	2.870
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-422.383	-354.591	-442.580
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	113.606	6.685	52.253
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.226.193	999.178	1.357.554
3.06	Resultado Financeiro	280.311	-26.650	226.362
3.06.01	Receitas Financeiras	652.363	648.321	577.427
3.06.02	Despesas Financeiras	-372.052	-674.971	-351.065
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.506.504	972.528	1.583.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-405.069	-246.008	-407.062
3.08.01	Corrente	-554.520	-458.257	-611.601
3.08.02	Diferido	149.451	212.249	204.539
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.101.435	726.520	1.176.854
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.101.435	726.520	1.176.854
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.072.560	700.688	1.157.690
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	28.875	25.832	19.164

FONTE: BM&FBOVESPA

### ANEXO - COPEL DVA

#### DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	
7.01	Receitas	12.916.435	13.583.352	12.419.778
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.412.890	11.925.351	11.080.701
7.01.02	Outras Receitas	16.154	1.738	2.646
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.534.849	1.679.089	1.411.987
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-47.458	-22.826	-75.556
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.653.529	-6.392.580	-5.394.067
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de	-6.359.250	-6.125.651	-5.071.647

	Terceiros e Outros			
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-100.958	-20.366	-63.210
7.02.04	Outros	-193.321	-246.563	-259.210
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.262.906	7.190.772	7.025.711
7.04	Retenções	-603.203	-549.855	-552.435
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-603.203	-549.855	-552.435
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.659.703	6.640.917	6.473.276
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	948.420	819.013	719.253
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	115.929	7.703	52.917
7.06.02	Receitas Financeiras	652.363	648.321	577.427
7.06.03	Outros	180.128	162.989	88.909
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.608.123	7.459.930	7.192.529
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.608.123	7.459.930	7.192.529
7.08.01	Pessoal	1.217.454	1.326.936	1.065.343
7.08.01.01	Remuneração Direta	803.804	819.885	727.426
7.08.01.02	Benefícios	296.069	286.572	233.249
7.08.01.03	F.G.T.S.	57.331	59.667	48.770
7.08.01.04	Outros	60.250	160.812	55.898
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.862.256	4.655.529	4.573.599
7.08.02.01	Federais	1.682.724	2.212.910	2.261.318
7.08.02.02	Estaduais	2.176.071	2.439.365	2.309.650
7.08.02.03	Municipais	3.461	3.254	2.631
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	426.978	750.945	376.733
7.08.03.01	Juros	383.469	708.219	339.732
7.08.03.02	Aluguéis	32.886	28.819	19.944
7.08.03.03	Outras	10.623	13.907	17.057
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.101.435	726.520	1.176.854
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	180.000	138.072	336.216
7.08.04.02	Dividendos	145.039	66.008	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	747.521	496.608	821.474
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	28.875	25.832	19.164
7.08.05	Outros			

FONTE: BM&FBOVESPA

**ANEXO - SANEPAR BALANÇO****DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)**

<b>Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
1	Ativo Total	6.748.027	6.171.769	5.564.068
1.01	Ativo Circulante	601.122	642.792	486.768
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	146.782	219.175	140.292
1.01.01.01	Caixa e Bancos	19.277	18.492	11.188
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	127.505	200.683	129.104
1.01.03	Contas a Receber	368.622	334.066	280.823
1.01.03.01	Clientes	368.622	334.066	280.823
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.01.04	Estoques	29.824	27.126	31.200
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.587	25.573	14.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.587	25.573	14.045
1.01.07	Despesas Antecipadas			
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.307	36.852	20.408
1.01.08.03	Outros	37.307	36.852	20.408
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	15.152	16.121	7.533
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	22.155	20.731	12.875
1.02	Ativo Não Circulante	6.146.905	5.528.977	5.077.300
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	637.587	562.376	401.478
1.02.01.03	Contas a Receber	8.100	16.854	16.487
1.02.01.03.01	Clientes	8.100	16.854	16.487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	340.994	349.549	207.723
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	340.994	349.549	207.723
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	288.493	195.973	177.268
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados	30.278	24.487	51.791
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	1.086	1.023	958
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	143.797	137.492	123.679
1.02.01.09.06	Ativos Financeiros Contratuais	107.599	32.237	106
1.02.01.09.07	Outros Créditos	5.733	734	734
1.02.02	Investimentos	2.937	2.952	2.952
1.02.03	Imobilizado	5.094.158	4.760.122	4.579.010
1.02.04	Intangível	412.223	203.527	93.860
2	Passivo Total	6.748.027	6.171.769	5.564.068

2.01	Passivo Circulante	544.102	604.672	571.772
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.817	66.085	35.914
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.817	66.085	35.914
2.01.02	Fornecedores	132.427	101.793	83.078
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.568	32.233	26.319
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	112.310	130.116	175.647
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.165	130.116	131.377
2.01.04.02	Debêntures	8.145	0	44.270
2.01.05	Outras Obrigações	88.071	174.574	177.330
2.01.05.02	Outros	88.071	174.574	177.330
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34.844	122.386	142.650
2.01.05.02.04	Contratos de Concessão	5.988	5.654	5.342
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	3.837	2.701	2.824
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	6.681	6.298	5.955
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.250	3.250	0
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	33.471	34.285	20.559
2.01.06	Provisões	106.909	99.871	73.484
2.01.06.02	Outras Provisões	106.909	99.871	73.484
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	52.063	57.287	39.775
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	54.846	42.584	33.709
2.02	Passivo Não Circulante	2.637.083	3.138.267	2.681.897
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.353.510	830.363	773.513
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	860.510	771.090	773.513
2.02.01.02	Debêntures	493.000	59.273	0
2.02.02	Outras Obrigações	116.818	1.110.119	1.058.889
2.02.02.02	Outros	116.818	1.110.119	1.058.889
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	984.713	931.173
2.02.02.02.03	Contratos de Concessão	89.353	90.021	90.397
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições	0	5.169	13.813
2.02.02.02.05	Títulos a Pagar	8.414	13.351	17.352
2.02.02.02.06	Receitas a Apropriar	7.042	10.292	0
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	12.009	6.573	6.154
2.02.04	Provisões	1.166.755	1.197.785	849.495

2.02.04.02	Outras Provisões	1.166.755	1.197.785	849.495
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	728.889	802.011	556.844
2.02.04.02.05	Provisões	437.866	395.774	292.651
2.03	Patrimônio Líquido	3.566.842	2.428.830	2.310.399
2.03.01	Capital Social Realizado	2.597.360	1.800.000	1.800.000
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	2.597.360	1.800.000	1.800.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	105.068	110.947	116.917
2.03.03.01	Ativos Próprio	105.068	110.947	116.917
2.03.04	Reservas de Lucros	921.030	683.058	416.741
2.03.04.01	Reserva Legal	129.680	109.535	92.747
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	7.749	7.572	6.493
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	95.645	79.472	0
2.03.04.10	Plano de Investimentos	687.956	486.479	317.501
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.899	21.206	25.269
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-73.515	-186.381	-48.528

FONTE: BM&FBOVESPA

### ANEXO - SANEPAR DRE

#### Fs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)

Descrição		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.370.179	2.123.395	1.742.395
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-941.215	-818.875	-726.548
3.03	Resultado Bruto	1.428.964	1.304.520	1.015.847
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-786.423	-732.544	-521.187
3.04.01	Despesas com Vendas	-203.627	-152.066	-134.418
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-421.916	-394.318	-273.273
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-160.880	-186.160	-113.496
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-42.092	-103.123	-52.734
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-92.663	-53.811	-42.046
3.04.05.03	Programa de Participação nos Resultados	-23.911	-24.423	-10.264
3.04.05.04	Outras Despesas Operacionais	-2.214	-4.803	-8.452
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	642.541	571.976	494.660
3.06	Resultado Financeiro	-98.411	-126.509	-126.653
3.06.01	Receitas Financeiras	32.451	30.166	24.158
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.862	-156.675	-150.811

3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	544.130	445.467	368.007
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-141.226	-109.711	-83.731
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	402.904	335.756	284.276
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	402.904	335.756	284.276
3.99.01.01	PN	0,99885	0,86595	0,73317
3.99.01.02	ON	0,90805	0,78722	0,66652
3.99.02.01	PN	0,99885	0,86595	0,73317
3.99.02.02	ON	0,90805	0,78722	0,66652

FONTE: BM&FBOVESPA

### ANEXO - SANEPAR DVA

#### DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

		2013	2012	2011
7.01	Receitas	2.519.882	2.273.097	1.856.488
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.555.393	2.289.662	1.875.714
7.01.02	Outras Receitas	-2.214	-4.803	-8.452
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-33.297	-11.762	-10.774
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-748.897	-710.273	-558.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-287.726	-228.739	-181.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-356.989	-339.533	-305.417
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	-71.676
7.02.04	Outros	-104.182	-142.001	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.770.985	1.562.824	1.297.878
7.04	Retenções	-160.277	-148.636	-148.212
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-160.277	-148.636	-148.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.610.708	1.414.188	1.149.666
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.451	30.166	24.158
7.06.02	Receitas Financeiras	32.451	30.166	24.158
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.643.159	1.444.354	1.173.824
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.643.159	1.444.354	1.173.824
7.08.01	Pessoal	635.843	560.385	430.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	416.183	354.677	280.516
7.08.01.02	Benefícios	189.069	179.950	128.956
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.591	25.758	21.064
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	447.909	379.854	302.594
7.08.02.01	Federais	445.800	378.053	300.938

7.08.02.02	Estaduais	427	470	492
7.08.02.03	Municipais	1.682	1.331	1.164
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	156.503	168.359	156.418
7.08.03.01	Juros	130.862	156.675	150.811
7.08.03.02	Aluguéis	25.641	11.684	5.607
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	402.904	335.756	284.276
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	126.837	121.745	118.550
7.08.04.02	Dividendos	64.454	37.199	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	211.613	176.812	165.726

FONTE: BM&FBOVESPA